

Liane Tabarelli

CONTRATOS AGRÁRIOS
e
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



livraria //
DO ADVOGADO
// *editora*

Porto Alegre, 2017

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

A obra é fruto da tese de doutorado da autora,
cuja pesquisa teve fomento, bolsa da CAPES, para sua realização.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T112c Tabarelli, Liane.

Contratos agrários e sustentabilidade ambiental / Liane Tabarelli. –
Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2017.

191 p. ; 25 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-69538-99-8

1. Contratos agrários - Brasil. 2. Sustentabilidade ambiental - Brasil.
3. Direito privado. 4. Direitos fundamentais. 5. Direito constitucional.
I. Título.

CDU 349.42:347.44(81)

CDD 346.810432

Índice para catálogo sistemático:

1. Contratos agrários : Sustentabilidade ambiental 349.42:347.44(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1100852

Sumário

Apresentação – Juarez Freitas.....	11
Introdução.....	15
1. Sustentabilidade ambiental: análise do art. 225, caput, da Constituição Federal brasileira de 1988 e aproximações com os arts. 3º e 170, VI, da Carta Maior.....	19
1.1. A sustentabilidade na pauta do dia.....	23
1.2. Sustentabilidades e suas múltiplas dimensões (econômica, social, ambiental, jurídico-política e ética).....	27
1.3. Sustentabilidade: valor, objetivo, princípio, regra e dever.....	41
1.4. Para além do direito ambiental: paradigma da sustentabilidade.....	47
2. Do <i>pacta sunt servanda</i> à função social dos contratos.....	55
2.1. Esclarecimentos conceituais.....	56
2.2. A constitucionalização do direito privado como abertura para a sustentabilidade no direito contratual.....	60
2.3. Vinculação dos particulares aos direitos fundamentais: a autonomia privada no contexto da sustentabilidade.....	65
2.4. Autonomia privada, liberdade contratual e visão ampliada da função social.....	74
2.5. A contribuição dogmática da boa-fé objetiva para compreensão dos deveres anexos (laterais) que protegem a sustentabilidade nas relações contratuais.....	83
3. Sustentabilidade ambiental e os contratos agrários.....	91
3.1. Considerações gerais sobre os contratos agrários.....	91
3.1.1. Breves referências históricas sobre a legislação pertinente aos contratos agrários e seu suporte legal na contemporaneidade.....	93
3.1.2. Princiologia aplicável aos contratos agrários.....	94
3.1.2.1. Revisitando a função social da propriedade: da função econômico-social à função socioambiental da propriedade rural.....	97
3.1.2.2. Cláusulas obrigatórias nos contratos agrários: a irrenunciabilidade de direitos e garantias e sua íntima conexão com a sustentabilidade multidimensional.....	110
3.1.2.3. Dirigismo estatal nos contratos agrários.....	117
3.1.3. Contratos agrários: arrendamento e parceria rural.....	124
3.2. Contratos agrários e externalidades negativas: riscos de danos e impactos ambientais.....	136
3.2.1. Análise dos contratos agrários à luz dos princípios da prevenção e precaução do Direito Ambiental.....	142
3.3. Condicionantes da liberdade de contratar: a sustentabilidade ambiental como requisito para o cumprimento da função social dos contratos agrários.....	153
Conclusão.....	167
Referências.....	171